

Editorial

O número 13 da revista *Antropológicas*, que agora apresentamos, oferece aos leitores e investigadores um conjunto de textos a dividir entre dois campos. O primeiro corresponde aos resultados de um Simpósio que versou a investigação e metodologia das ciências sociais. O segundo dá-nos conta de outros textos que, não pertencendo ao Simpósio, oferecem-nos outras contribuições metodológicas e outros campos teóricos.

No que respeita ao primeiro campo, temos, para o apresentar, as reflexões de João Queirós e Bruno Monteiro e a análise de Wiebke Keim, onde são dissecadas as diferentes contribuições. O grande contributo deste conjunto de textos está no facto de colocar sob análise crítica a própria reflexividade da investigação e metodologia, a partir de investigações de terreno muito distintas, colocando à prova algumas das bases teóricas claramente assumidas pelas ciências sociais. A experiência/ato de investigação e o comprometimento dos investigadores desafiam a metodologia reflexiva. O investigador, o terreno de investigação e o objeto investigado alimentam e desafiam os resultados científicos que se propõem como objeto de conhecimento a transmitir. A lógica de poderes distintos e de identidades previamente definidas, embate nas questões da produção do conhecimento e na organização do campo metodológico.

Talvez o maior desafio que atualmente se coloca, tanto na investigação como na comunicação em ciências sociais, seja o da variedade e diferença dos suportes de produção e comunicação do conhecimento. Isto é, métodos e meios de investigar e comunicar, assumidos como próximos a uma prática classificada de “não científica”, assumem-se cada vez mais como terreno e processo de trabalho para os cientistas sociais. Esta “banalização” do saber poderia abrir espaço para uma visibilidade dos conhecimentos produzidos nas ciências sociais, dando palco aos profissionais? Como pensar e contextualizar essa partilha do mundo da comunicação? Uma participação no espectáculo ao serviço da curiosidade ou uma análise diferenciada e cientificamente suportada sobre a qual os cientistas sociais têm de pensar e treinar, se a querem manter dentro da exigência crítica e científica? Até onde poderá ir o comprometimento dos cientistas sociais, entre as exigências teóricas e metodológicas e a “ansiedade” de participarem como atores sociais nas respostas às grandes questões do mundo contemporâneo, sem deixarem de problematizar o lugar que ocupam e o poder que detêm, em função do conhecimento/poder que comunicam?

No entanto, a construção do conhecimento em antropologia social e a sua validade científica ainda encontram nas metodologias etnográficas tradicionais a capacidade de encontrar soluções para olhar e entender o objeto de estudo a que se propõem os investigadores. O texto de Ricardo Salgado reforça esta perspetiva destacando, precisamente, a importância da etnografia como método para a Antropologia

O conhecimento acumulado na prática etnográfica e na reflexão antropológica possibilita adaptar as metodologias tradicionais às exigências dos novos objetos de estudo, sem que a aproximação ao “real” não seja uma quimera sem sentido. O trabalho de Virgínia Calado sobre práticas e representações em torno da macrobiótica procura a “evidência antropológica”, assumindo a subjetividade e a intersubjetividade do trabalho etnográfico, relevando a complexidade e diversificação dos contextos de investigação para a validade da “demonstração”. Se o objeto de estudo se apresenta ao trabalho etnográfico na impossibilidade de ser tratado na sua totalidade, não deixa de ser praticável e justa uma pesquisa que se avaliza na “autoridade etnográfica” pela profundidade e extensividade da observação. Relevante salientar que um dos resultados da sua análise está no facto de que a validade da prática desta metodologia ser consciente no final de pesquisa e profundamente enraizada na tradição cultural do campo disciplinar antropológico.

Ainda no campo das metodologias de pesquisa de terreno, Agnès d’Aguirre questiona a prática da observação participante como um *locus* ambíguo, no que à comunicação de resultados diz respeito. Se, enquanto profissional da ciência, o investigador procura corresponder à exigência científica de comunicar “fidedignamente” os resultados da observação de terreno, enquanto “membro” de um grupo, pela observação participante, ele não deveria colocar em questão a “confiança relacional” estabelecida, revelando dados que resultam dessa “qualidade” posicional, que a autora qualifica de “membro de uma cultura particular”. A fórmula que encontra, “dire, sans dire”, resume o paradoxo entre ambas as “obrigações” (a de exterioridade do cientista, e a de interioridade do membro). Segundo a autora, a dificuldade de resolução deste paradoxo leva o investigador à posição de “traidor” e ao sentimento de “culpabilidade”, pois sobre o conteúdo comunicado haveria o julgamento da sociedade de que “fez parte”, e, por parte do investigador, a avaliação não só ética, ao ofício de investigador, como moral, ao papel de “membro”. A autora busca nas teorias comunicacionais e na antropologia da comunicação a resolução deste problema, questionando os conceitos de “membro” e de contexto da interação grupal, para distinguir entre uma postura “objetivante” e uma outra, “participante”. Permanecendo na dificuldade de resolução deste paradoxo, propõe a implicação de todos os atores em todo o tempo da investigação/comunicação, numa tentativa de reconciliação das duas identidades do investigador.

Os desafios na pesquisa antropológica encontram particular eco quando ela assume a sua especificidade qualitativa. Entre as metodologias qualitativas, as que tratam os relatos orais, nomeadamente as histórias de vida, colocam questões de intersubjetividade próprias. Os textos científicos que resultam desta pesquisa, como refletem

eles a relação entre o investigador e a pessoa entrevistada? É a esta questão que o trabalho de Rosa García-Orellan procura responder. E novamente o grau de implicação do investigador está sujeito a análise, juntamente com o processo de implicação do investigado. Utilizando vários dados recolhidos do seu próprio trabalho de terreno, Rosa García-Orellan confronta a estratégias de “revelação” e “ocultamento” durante as entrevistas, colocando a questão da “mentira” e da “verdade” como problema teórico na hora de interpretar os dados recolhidos. Esta postura teórica deve estar, por sua vez, refletida em “novos modos de escrita” que dão oportunidade às diferentes “vozes” presentes na relação entre entrevistado e entrevistador, salvaguardando a especificidade de cada contexto, ou seja, a radical diferença entre o texto escrito e a oralidade.

Já outra problemática nos oferece Analúcia Bezerra, a propósito da investigação antropológica realizada a partir de arquivos e memórias orais. Se a sempre referida “autoridade etnográfica” tinha na observação participante as bases da sua identidade metodológica, que a distanciava das outras ciências sociais, como manter a diferença/ relação com a história, quando numa pesquisa os instrumentos de trabalho são o arquivo e a memória oral? A partir de uma pesquisa realizada no Brasil, na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Quixeramobim, com estas fontes, que a autora classifica de “alternativas”, a autora propõe-se realizar uma “etnografia retrospectiva”. A autora mantém a essência da postura interpretativa, buscando a minuciosa procura de uma realidade nos resíduos e dados que escapam aos outros cientistas sociais. Dados que funcionariam como indícios ou pistas para o processo de “tradução”, a realizar pelo antropólogo, a qual permitia contextualizar as narrações e os rituais vividos no presente, mesmo que os documentos e as memórias do que foi a Irmandade se refiram a uma Instituição com a qual não é possível o “contato”. A metodologia que a autora defende questiona uma redefinição da relação da antropologia com a história, situada entre a identidade e a fronteira.

Sendo o homem um ser histórico e sujeito às imprevisibilidades da mudança temporal, como entender o humano numa sociedade contemporânea caracterizada pelo processo acelerado de mudança? Terá a antropologia uma palavra a dizer sobre este assunto? Tendo como objetivo responder a estas questões, Victor da Rosa e Jean Lapointe começam por nos apresentar uma visão das sociedades tradicionais, onde prevalecia uma relação com a natureza e com o meio envolvente. Impõe-se, conseqüentemente, segundo os autores, um saber empírico, fundado no questionamento determinista da natureza. Confrontando a análise evolucionista e a emergência de uma reflexão sobre a cultura, resulta que da investigação antropológica se destacam as regularidades dos fenómenos sociais e a universalidade dos mesmos. Mas se este era um esforço dos pioneiros da antropologia, cada vez mais se sentem interessados pela mudança e pela inovação, que nos oferecem modelos diversos e contratados de “tipologias do humano”, o que permite à antropologia ter um lugar privilegiado no espaço da investigação das novas ambições do humano.

Tendo por guia a etnografia da comunicação de Dell Hymes, Samuel Mateus questiona a decisão que sempre se coloca aos que trabalham em ciências sociais ao momento de escolher entre metodologias qualitativas e quantitativas. Situando-se dentro das ciências da comunicação, o autor procura na metodologia etnográfica uma oportunidade para inovar nos estudos jornalísticos. A constatação da versatilidade da metodologia etnográfica permite ao autor contextualizar a comunicação dentro do “contexto” cultural e social, procurando regularidades e previsibilidades na análise, valorizando o processo de formação do significado, sempre consciente de a situar dentro da complexidade das atividades sociais. Neste esforço salienta a capacidade da etnografia ter treinado um olhar antropológico para a surpresa e para a banalidade do quotidiano, descurados por outras metodologias de pesquisa. Aplicada este “olhar” para a linguagem e a comunicação, como o faz para os outros campos clássicos onde usualmente trabalha, a etnografia apresenta-se como uma metodologia particularmente apta para investigar os meios e os significados culturais da comunicação. A sua utilização nos estudos de jornalismo permitiriam entender o jornalismo como um campo de produção/reprodução cultural.

Se há conclusões a tirar dos vários trabalhos aqui apresentados, elas terão sempre de andar pelo questionar as relações entre investigador e objeto de investigação, a dimensão reflexiva e intersubjetiva da prática etnográfica, a validação da autoridade científica da metodologia e dos seus resultados, e, por fim, a extraordinária capacidade que os métodos etnográficos revelam em tratarem campos teóricos e objetos de estudo que não eram tradicionais à antropologia. É neste contexto, o de novos objetos de estudo, que se situa o trabalho de Antoine Marsac, quando questiona os problemas metodológicos nos estudos etnográficos das práticas desportivas. Os diferentes trabalhos colocam questões, delimitam dificuldades nas práticas metodológicas e na fundamentação teórica das mesmas. Os investigadores sentem-se impelidos a posicionarem-se entre os desafios que se apresentam ao momento de escolher e praticar uma metodologia etnográfica, desafiados que estão para a exigência da legitimação científica dos resultados que apresentam. Não podemos, contudo, deixar de salientar que à força de tanto querer justificar e legitimar a metodologia, se tenha chegado a uma ansiedade pouco saudável na prática da etnografia, visível na recorrente «esquizofrenia» em que vivemos. A investigação e teorização da prática etnográfica obriga-nos a refletir o que fazemos e a colocar continuamente os resultados do nosso trabalho dentro do processo crítico da construção científica. Mas este esforço, mais do que para colocar em dúvida e questionar a validade das capacidades da metodologia etnográfica, deverá ser canalizado para a sua contínua inovação, aproveitando as capacidades e virtualidades que ainda escapam à nossa prática.